

A ATRATIVIDADE NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE PAU DOS FERROS/RN: um estudo de caso no semiárido brasileiro.

TRÍCIA CAROLINE DA SILVA SANTANA RAMALHO

EDUARDO RAIMUNDO DIAS NUNES
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFRSA

VICTOR EMANOEL RÊGO OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFRSA

JOÃO VICTOR FAGUNDES
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFRSA

Introdução

Quaisquer que sejam as funções dos espaços livres, o seu planejamento e monitoramento deve ser realizado sob o tripé qualidade, quantidade e distribuição. Nota-se que, atualmente no Brasil a reserva de espaços livres de edificação tem sido realizada essencialmente segundo critérios primordialmente quantitativos. Neste contexto, a formulação de indicadores para o monitoramento da acessibilidade e usufruto dos espaços livres públicos de lazer é uma importante ferramenta de apoio ao planejamento urbano que também contribui para a revisão de critérios de reserva e gestão desses espaços livres.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Este artigo se propõe a compreender a distribuição dos espaços livres públicos de lazer no município de Pau dos Ferros/RN, realizando uma análise quanti-qualitativa, no intuito de avaliar a atratividade dos ambientes. Esperou-se com isso, esclarecer de que maneira ocorrem as áreas livres públicas de lazer nas cidades de médio porte do semiárido brasileiro, contribuindo para a formulação de políticas públicas e ações projetuais, que possibilitem o acesso à ambientes de lazer, encontro e convívio comunitário, fundamentais à vida cidadão nos centros urbanos.

Fundamentação Teórica

De Angelis (2000), Sitte (1992), Robba, Macedo (2002) e Dematê (1997) entre outros, que as definem como espaço livre que devem proporcionar momentos de socialização e, quando implantado equipamento, devem proporcionar lazer à população. A atratividade ou o potencial de atração de um ambiente é aqui compreendido como a qualidade de um local representar um atrativo, de ter a potencialidade de atrair, de estimular, convidar ou de servir de estímulo.

Metodologia

Pesquisa bibliográfica, análise quanti-qualitativa baseada em Alcântara e Vazquez (2016) e adaptada à realidade de Pau dos Ferros e ao universo amostral.

Análise dos Resultados

Dentre os 15 atributos analisados, 6 estão presentes em todos os espaços. O atributo “bancos” foi o melhor avaliado em todas as praças, e pior foi o item “conforto ambiental” (sendo péssimo em uma praça, ruim em 3, regular em 2, bom em 2 e ótimo em 3). Considerando a relação quantidade e qualidade, nota-se que apenas a Pç. Adalberto H. da Cunha apresenta todos os seus atributos avaliados como ótimos, embora dos 15 atributos, apenas 7 estejam presentes no lugar e portanto, passíveis de serem avaliados.

Conclusão

De uma maneira geral, os espaços livres públicos da cidade de Pau dos Ferros possuem um nível de atratividade interessante, com atributos que se complementam entre os diversos espaços existentes, contudo, a pouca quantidade desses ambientes no município, lamentavelmente, relega boa parte da população à dificuldades no que tange à democratização do acesso ao esporte e lazer, especificamente em locais públicos formalmente configurados para tais usos.

Referências Bibliográficas

ALCANTARA, M; VAZQUEZ, G.. Caracterização paisagística e da frequência de usuários de duas praças centrais de Caraguatatuba/SP. Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. 10. 38. 2016, 10.5380/revsbau.v10i3.63136. DE ANGELIS, B. L. D. A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá PR. 367f, 2000. DEMATÊ, M. E. S. P. Princípios de paisagismo. Jaboticabal: FUNEP, 1997, Henrique. São Paulo: Ática, 1992. ROBBA, F.; MACEDO, S. S. Praças brasileiras. São Paulo: Edusp, 2002. SITTE, C. A construção de cidades segundo princípios artísticos. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Át

Palavras Chave

Espaços públicos, cidades médias, praças

A ATRATIVIDADE NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE PAU DOS FERROS/RN: um estudo de caso no semiárido brasileiro.

RESUMO

Esse artigo se propôs a estudar os espaços livres públicos para fins de lazer e recreação no município de Pau dos Ferros e objetivou discutir a atratividade de uso através da investigação de variáveis físico-ambientais sugeridas pela literatura. A metodologia adotada contou com a quantificação, caracterização e mapeamentos dos espaços livres públicos do município de Pau dos Ferros, segundo componentes arquitetônicos paisagísticos existentes. Os resultados mostraram uma carência de espaços livres público de lazer, pouca diversidade na tipologia e na presença de atributos projetuais, com um potencial de uso limitado e padronizado.

Palavras-chave: Espaços públicos; cidades médias; praças; gestão urbana; áreas verdes.

ABSTRACT

This article aimed to study public open spaces for leisure and recreation in the city of Pau dos Ferros and aimed to discuss the attractiveness of use through the investigation of physical-environmental variables suggested by the literature. The methodology adopted included the quantification, characterization and mapping of public open spaces in the municipality of Pau dos Ferros, according to existing landscape architectural components. The results showed a lack of free public spaces for leisure, little diversity in typology and in the presence of design elements, with a limited and standardized use potential.

Keywords: Public spaces; medium cities; squares; urban management; green areas.

INTRODUÇÃO

Entende-se que no espaço intra-urbano, a sua organização está fortemente associada à intensa circulação de veículos automotores e da expressiva concentração de edificações, equipamentos e pessoas. Observa-se uma difusão generalizada de centros urbanos de elevada densidade e verticalidade, nos quais os espaços livres e espaços verdes sofrem pressões significativas (MENDONÇA, 2003). Diante dessas forças, a democratização do lazer, como a de outros direitos sociais no Brasil, tem sofrido dificuldades para acontecer de maneira formal no âmbito urbano. Autores como Gomes (2006) e Marcellino (2002), enfatizam-se uma associação expressiva do lazer à esfera do mercado e da indústria do divertimento, na qual suas práticas e espaços são cada vez mais privatizados e convertidos em mercadorias, muitas vezes diretamente associados aos interesses capitalistas imobiliários, o que contribui, ainda mais, para processos de exclusão e intensificação de desigualdades sócio-espaciais.

Quaisquer que sejam as funções dos espaços livres, o seu planejamento e monitoramento deve ser realizado sob o tripé qualidade, quantidade e distribuição. Nota-se que, atualmente no Brasil a reserva de espaços livres de edificação tem sido realizada essencialmente segundo critérios primordialmente quantitativos. Neste contexto, a formulação de indicadores para o monitoramento da acessibilidade e usufruto dos espaços livres públicos de lazer é uma importante ferramenta de apoio ao planejamento urbano que também contribui para a revisão de critérios de reserva de espaços livres.

Entende-se que ao efetivar o direito ao lazer na prática do desenvolvimento urbano é reconhecer, também, a necessidade do espaço livre público de lazer como um direito a ser assegurado pelo Poder Público Municipal e usufruído pela população. Nesse sentido, ao ser

incorporado à discussão do planejamento urbano das cidades, o lazer pode contribuir para um maior desenvolvimento social e bem-estar dos seus habitantes, fazendo-se presente na formulação e na efetivação de políticas públicas voltadas à sua democratização, entendidas como formas de garantir sua vivência na experiência cotidiana dos indivíduos e contribuir com a melhoria da qualidade de vida.

Diante dessas reflexões iniciais, este artigo se propôs a compreender a distribuição dos espaços livres públicos de lazer no município de Pau dos Ferros/RN, realizando uma análise quanti-qualitativa, no intuito de avaliar a atratividade dos ambientes. Esperou-se com isso, esclarecer de que maneira ocorrem as áreas livres públicas de lazer nas cidades de médio porte do semiárido brasileiro, contribuindo para a formulação de políticas públicas e ações projetuais, que possibilitem o acesso à ambientes de lazer, encontro e convívio comunitário, fundamentais à vida cidadão nos centros urbanos.

2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 Estratégia metodológica

Foi realizada uma consulta junto à Prefeitura Municipal, que identificou e caracterizou dos espaços livres públicos do município de Pau dos Ferros, juntamente com visitas *in loco*. As informações coletadas foram sistematizadas em planilhas no *software Office Excel*.

A literatura especializada (JACOBS, 1961/2001; ALEXANDER et al., 1977; WHYTE, 2009; GEHL, 2006) oferece uma série de variáveis que podem influenciar na atratividade de um ambiente, especialmente relacionados à: acessibilidade (visual e física), características do entorno, diversidade de atividades oportunizadas, aparência, conforto ambiental e segurança. Ressalta-se entretanto, que possam existir outros atributos que podem influenciar a qualidade ambiental e portanto a atratividade de um ambiente, tais como as características do entorno ou dos usuários (SANTANA, 2015).

Partindo do estudo de Alcântara e Vazquez (2016, p.62), e adaptando às particularidades do universo amostral e do município de Pau dos Ferros, foi definido um conjunto de itens, que norteou a investigação nos espaços livres públicos nessa pesquisa, e que estão relacionados à dois eixos: a) aos atributos que constituem os lugares e b) com as condições dos mesmos, os quais seguem listados à seguir:

- a) Relacionados aos atributos constituintes:
 - Bancos: estado de conservação; material empregado em sua confecção; conforto; locação ao longo dos caminhos - se recuados ou não; distribuição espacial - se em áreas sombreadas ou não; desenho; quantidade; distanciamento.
 - Iluminação: alta ou baixa - em função da copa das árvores; tipo - poste, super poste, baliza, holofote; localização; conservação; atendimento ao objetivo precípuo.
 - Lixeiras: tipo; quantidade; localização; funcionalidade; material empregado; conservação; distanciamento.
 - Sanitários: condições de uso; conservação; quantidade.
 - Palco/coreto: funcionalidade; conservação; designe, uso - frequente, esporádico, sem uso; se compatível com o desenho da praça.
 - Obra de arte (monumento, estátua, busto): significância da obra de arte; conservação; inserção no conjunto da praça.
 - Espelho d'água/fonte: em funcionamento; se inserido ou não no contexto da praça; conservação.
 - Ponto de mototáxi: se na praça, próximo; presença ou não de abrigo; conservação.

- Quadra esportiva: quantidade; conservação; material empregado; com iluminação; cercada.
- Parque infantil: brinquedos que o compõem; material empregado e cor; se em área reservada e protegida; conservação.
- Quiosque para alimentação e/ou similar: tipo - trailer, carrinho, construção em alvenaria, higiene; estética; localização.
- Acessibilidade: adequação às normas de acessibilidade de NBR 9050/2020.
- Arborização: estado geral; manutenção.
- Paisagismo: escolha e locação das diferentes espécies; criatividade; inserção do ‘verde’ no conjunto.

b) Relacionados às condições dos ambientes:

- Conservação: estado geral da praça - equipamentos, estruturas, varrição, limpeza.
- Conforto ambiental: no presente item inseriu-se conjuntamente o conforto acústico, o conforto térmico, o conforto visual e a condição de tranquilidade. Os quesitos analisados foram: presença de agentes causadores de poluição sonora; localização; trânsito de veículos; relação entre área sombreada e não; impermeabilização da área da praça e seu entorno; e caracterização visual da praça e seu entorno

Entende-se que quanto maior a pontuação obtida nessa avaliação, maior a atratividade do ambiente e com isso, maiores as possibilidades de uso dos ambientes. Esses dados foram incluídos em um quadro com a pontuação e a avaliação quantitativa dos ambientes analisados e com cores para facilitar a visualização e compreensão.

Nesse sentido, a análise qualitativa foi realizada por um único pesquisador e residente da cidade, considerando a realização da técnica de observação participante, inserida no conjunto das metodologias denominadas qualitativas. De acordo com Vintem (1994) nesta modalidade em função do investigador está imenso na progressão dos eventos, encontra-se em uma posição privilegiada, e oferece informações mais relevantes e profundas, do que se estivesse à observar do lado de fora, sendo útil para a pesquisa apresentada.

Na sequência, o pesquisador avaliou os 15 itens da atratividade dos espaços conforme sua percepção, indicando atributos que foram conjuntamente, relacionados com cores, para facilitar a visualização e entendimento, ficando descrito da seguinte maneira: ótimo (verde), bom (azul), regular (amarelo), ruim (cinza escuro) e péssimo (preto) e inexistentes (cinza claro). Na mesma tabela, foram descritos os quantitativos dos itens avaliados.

Foram ainda, atribuídos valores aos atributos qualitativos, que variaram entre 0 (péssimo) e 4,0 (ótimo) baseado no estudo de Alcantara e Vasquez (2016):

NOTA	CONCEITO	PADRÃO DE DESEMPENHO DO EQUIPAMENTO
0 - 0,5	P	Insuficiente/não atende a nenhum critério avaliado com qualidade
0,51 - 1,5	RU	Pouco suficiente/atende somente 1 ou 2 itens avaliados
1,51 - 2,5	RE	Parcialmente atendido/atende menos da metade dos critérios avaliados
2,51 - 3,5	B	Suficientemente atendido/atende a maioria dos critérios avaliados
3,51 - 4,0	Ó	Plenamente atendido/atende todos os critérios avaliados

Nota: PÉSSIMO (P), RUIM (RU), REGULARES (RE), BOM (B), ÓTIMO (O).

Os itens que não existiam e por conseguinte, não puderam ser avaliados, não receberam nota. Considerou-se que, os ambientes com maiores pontuações, são os de maior atratividade, seja pela presença dos atributos constituintes, seja pela qualidade dos mesmos.

2.2 Compreendendo os espaços livres públicos de lazer

A função básica dos espaços livres na escala regional é justamente possibilitar a circulação, ou seja, os espaços livres são um elemento de aglutinação entre os diversos tipos de espaços, permitindo, dessa forma, a apreensão, a compreensão e o uso da terra (LANDIM, 2004). Os “espaços cheios” são percebidos a partir dos espaços vazios, em uma relação dialética, em que um constrói o outro. Diante disso, essa pesquisa se debruçou nos espaços livres públicos.

Considerando o que a legislação brasileira estabelece, o município está dividido em: zona urbana cujo perímetro é declarado por lei municipal, zona de expansão urbana e zona rural, foi utilizada como base a metodologia adaptada por Buccheri Filho e Nucci (2006) baseada em Cavalheiro et al. (1999). O espaço urbano constitui-se por:

- Sistema de espaços construídos (áreas edificadas como casas, comércio e indústrias).
- Sistema de espaços livres de edificação, como praças, parques, entre outros.
- Sistema de espaços de integração, ou seja, áreas destinadas à circulação da população

Em relação às áreas verdes, considerou-se que fazem parte dos espaços livres, onde o elemento fundamental de composição é a vegetação. Para esta pesquisa na seleção dos espaços livres públicos, foram considerados os seguintes critérios baseados em Cavalheiro et al., (1999): devem satisfazer três objetivos principais: ecológico-ambiental, estético e de lazer. Em relação à área, não deve ser impermeável e sua vegetação deve ocupar pelo menos 70% do espaço; devem servir à população, propiciando condições para uso diversos e lazer. Lima et al. (1994), considera Área Verde onde ocorre o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas, que exercem as funções estéticas e ecológicas, podem, também, conceituar-se como áreas verdes. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas, não devem ser consideradas como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas. Já Milano (1992), considera que um espaço livre pode ser uma área verde quando não impermeabilizada e/ou com significativa cobertura vegetal. Ou seja, considerando-se verde, mas toda área verde constitui área livre. Outro conceito relevante à pesquisa refere-se às praças, especialmente pelas análise exploratória mostrar predominância dessa tipologia na área de estudo. Sendo assim, considerou-se o proposto por De Angelis (2000), Sitte (1992), Robba e Macedo (2002) e Dematê (1997) entre outros, que as definem como espaço livre que devem proporcionar momentos de sociabilização e, quando implantado equipamento, devem proporcionar lazer à população. Já o lazer é um tema amplo, que envolve diversos interesses culturais – dentre eles físicos, artísticos, manuais, intelectuais, sociais (DUMAZEDIER, 1980); turísticos (CAMARGO, 2003); e virtuais (SCHWARTZ, 2003), entre outras classificações – nesse artigo, foi dada ênfase à estrutura do espaço público de lazer urbano destinada aos interesses fisioesportivos, na abordagem de que tais atividades possuem uma relação direta com o uso dos espaços livres públicos disponíveis e com a busca de uma maior qualidade de vida para a população, relacionada também à saúde coletiva. Para Marcelino:

"(...) o lazer é por mim entendido como a cultura - compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível. É fundamental, como traço definidor, o caráter "desinteressado" dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo

significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa." (p.31).

2.3 Atratividade e qualidade espacial dos ambientes

É senso comum que um ambiente atrativo com grande qualidade espacial, tende a atrair mais usuários do que um ambiente com pouca qualidade, pois as pessoas são capazes de perceberem as diferenças existentes, atribuindo valores e escolhendo ambientes mais vantajosos, segundo seus interesses e necessidades (CAMPOS, 1997; HAAS, 2000). A atratividade ou o potencial de atração de um ambiente é aqui compreendido como a qualidade de um local representar um atrativo, de ter a potencialidade de atrair, de estimular, convidar ou de servir de estímulo. Beni (2007) afirma que um atrativo pode ser as características do ambiente, que motiva o deslocamento dos indivíduos à determinado local. Nesse sentido, o potencial de atração e o deslocamento realizado para alcançar a destino tendem a aumentar conforme a riqueza e singularidade do que é ofertado no lugar, o que termina por estabelecer uma relação entre atratividade e distância: quanto maior for a distância necessária para se chegar ao destino, maiores ou mais significativos terão que ser o atratores existentes (LE MOS, 1999).

Em relação aos espaços públicos, Gehl (2006) afirma que estes podem ser convidativos e acessíveis, mas também podem ser projetados de tal maneira que contribuam para dificultar o acesso ou manter as pessoa distantes, física ou psicologicamente, representando áreas pobres em qualidade, nas quais apenas as atividades estritamente necessárias ocorrem, refletindo o grau de atratividade do ambiente.

Alguns autores (EZMALE, 2012; RUSSO et al., 2012) estudam a atratividade com uma perspectiva baseada nas características do lugar, na qual a qualidade de vida mostra-se como um fator de atração significativo, assim, considera-se que a presença e a qualidade de determinados elementos e atributos dos espaços livres públicos, podem contribuir de maneira positiva para a qualidade da experiência pessoal dos usuários nesses ambientes, o que por sua vez, teria um impacto na qualidade de vida urbana.

O documento “Fazendo as nossas cidades mais atrativas e sustentáveis” elaborado pela União Europeia mostra-se como um exemplo particular e pertinente da discussão da relação atratividade e sustentabilidade no ambiente urbano. Dentre os itens abordados no documento, apontando diretrizes para a gestão das cidades têm-se “desenvolvimento de áreas verdes e espaços agradáveis (áreas urbanas verdes, amigo da biodiversidade, lugares calmos, respeito pela herança urbana e uso do solo sustentável) (European Union, 2010).

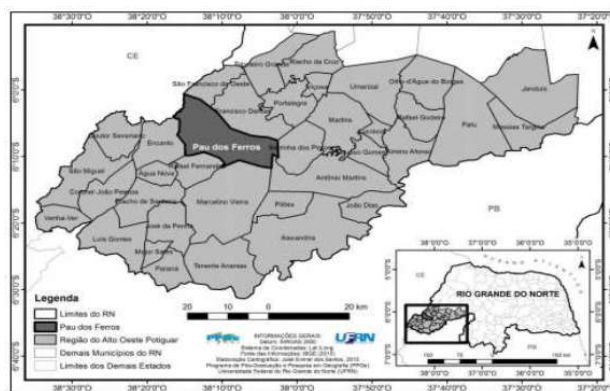
No contexto brasileiro, o Estatuto da Cidade (2001) apresenta diretrizes para as políticas públicas urbanas, e cita a “garantia do direito a cidades sustentáveis” (Art 2º- I), incluindo o lazer como direito básico. Anteriormente, a Constituição Federal de 1988, já reconhecia a existência do direito à cidade sustentável, em função do do cumprimento da função social como forma de garantir a realização plena da dignidade dos indivíduos, através de políticas de desenvolvimento urbano.

Em outra abordagem, Helmreich (1974, apud LANG, 1987) aponta uma relação estreita entre custos e recompensa, na qual em uma situação normal para a realização de alguma atividade, as recompensas e custos aumentariam de forma diretamente proporcional. Por outro lado, em uma situação indesejável, os custos seriam superiores à recompensas e na condição ideal, as recompensas seriam mais elevadas e os custos baixos. Seguindo esse raciocínio, pode-se afirmar que existe uma série de atributos que um espaço público pode oferecer para aumentar as possibilidades de uso, aumentando as recompensas e equiparando ou ainda, reduzindo consideravelmente os custos envolvidos na sua utilização.

3 A ATRATIVIDADE DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE LAZER: o caso de Pau dos Ferros/RN

O município de Pau dos Ferros se localiza na Região do Alto Oeste Potiguar (Figura 1), e possui uma população de cerca de 27.745 habitantes, dos quais mais de 90% está na área urbana (IBGE, 2010). A cidade de Pau dos Ferros tem sua origem atrelada à uma trilha utilizada por vaqueiros e viajantes à caminho da Província do Ceará em 1973 e que seguia um curso d'água que no período do inverno estava cheio e que viria ser chamado de Rio Apodi (Figura 1).

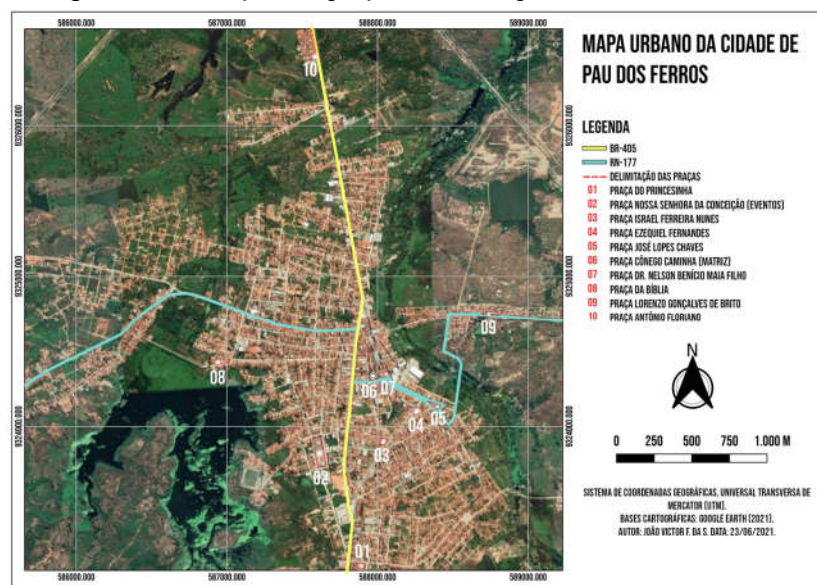
Figura 1 – Localização geográfica do município de Pau dos Ferros/RN.



Fonte: IBGE (2010), editado pelos autores (2021).

Em 1924 Pau dos Ferros foi elevada à categoria de cidade, sendo Francisco Dantas de Araújo seu primeiro prefeito. Atualmente, a cidade conta com 33 mil habitantes (IBGE, 2010) e se divide em 13 bairros que se desenvolvem, principalmente, nas proximidades de dois importantes eixos viários, a BR 405 (antiga RN-13) que cortam a cidade no sentido norte-sul e a BR 117 (antiga RN-17), que cruza o município de leste a oeste. A cidade conta com 10 espaços livres públicos de lazer, todos se configuram como praças públicas. A localização ocorre predominantemente no bairro do centro (4 praças), existindo sete bairros sem qualquer espaço livres público para fins de lazer e recreação (Figura 2).

Figura 2: localização das praças no município de Pau dos Ferros/RN.



Fonte: Google Earth, editado pelos autores (2021).

A análise quanti-qualitativa mostra a Pç. Adalberto Henrique da Cunha como a que apresenta maior atratividade, com 7 itens avaliados como muito bom e a Pç Lorenzo Gonçalves de Brito, a de menor atratividade. Nota-se que o bairro do centro é o que possui mais espaços públicos (3), seguido do São Benedito (2). O maior deles é a Pç N. Sra. da Conceição, com pouco mais de 11 mil metros quadrados, e está localizada no bairro São Judas Tadeu e a menor, com cerca de 800 m² é a Pç. Dr. Nelson Benício Maia Filho (bairro centro). O espaço melhor avaliado foi a Pç. da Matriz, com 10 itens positivos (8: ótimos e 2 bons) e apenas 1 regular, indicando uma maior atratividade. Já a Pç. Lorenzo Gonçalves de Brito, foi considerada a menos atrativa, com 2 itens positivos (ótimos) e 4 negativos (2 ruins e 2 péssimos) (Figura 3).

Figura 3: Quadro da avaliação qualitativa e o quantitativo dos atributos ELPs de lazer.

ID no	Nome da praça	Bairro	Área (m ²)	Área cob. vegetal (m ²)	Bancos	Iluminação artificial	Lixeiras	Sanitários públicos	Obra de arte/escultura	Espelho d'água/chafariz/fonte	Ponto de mototáxi	Quadra de esportes	Brinqu. Infantis	Quiosque	Acessibilidade	Ajardinamento	Arborização	Estética	Conforto ambiental	PONTUAÇÃO TOTAL
1.	Pç. M.Cônego Caminha (Matriz)	Centro	7.000	2030	92	12	12	2	2	1	1	1	7	4	-	-	-	-	-	3,8
2.	Pç. José Lopes Chaves	Centro	1.735	641	9	2	-	-	1	1	-	-	-	6	-	-	-	-	-	3,3
3.	Pç. Nossa Senhora da Conceição (Eventos)	São Judas Tadeu	11.085	592	16	16	18	2	2	-	-	-	1	8	10	-	-	-	-	3,0
4.	Pç. Ezequiel Fernandes	São Benedito	2352	637	12	8	-	2	-	-	-	-	1	2	4	-	-	-	-	2,8
5.	Pç. da Bíblia	Alto do Açude	2465	250	22	4	4	-	-	-	-	1	1	-	6	-	-	-	-	2,4
6.	Pç. Adalberto H. da Cunha	Princesinha do Oeste	1.855	896	16	5	8	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	2,3
7.	Pç. Israel Ferreira Nunes	São Benedito	1.640	120	5	8	-	-	-	-	-	1	-	1	2	-	-	-	-	1,5
8.	Pç. Antônio Floriano	Manoel Domingos	1.977	704	9	12	2	-	-	-	-	-	1	-	4	-	-	-	-	1,4
9.	Pç. Dr. Nelson Benício Maia Filho	Centro	805	250	18	5	2	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	1,3
10.	Pç. Lorenzo G. de Brito	São Geraldo	865	42	11	7	3	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1,0

NOTA	CONCEITO	PADRÃO DE DESEMPENHO DO EQUIPAMENTO
0 - 0,5	P	Insuficiente/não atende a nenhum critério avaliado com qualidade
0,51 - 1,5	RU	Pouco suficiente/atende somente 1 ou 2 itens avaliados
1,51 - 2,5	RE	Parcialmente atendido/atende menos da metade dos critérios avaliados
2,51 - 3,5	B	Suficientemente atendido/atende a maioria dos critérios avaliados
3,51 - 4,0	Ó	Plenamente atendido/atende todos os critérios avaliados

Nota: PÉSSIMO (P), RUIM (RU), REGULARES (RE), BOM (B), ÓTIMO (O).
Fonte: Alcantara e Vazquez (2016)

Dentre os 15 atributos analisados, 6 estão presentes em todos os espaços. O atributo “bancos” foi o melhor avaliado em todas as praças (com todos as avaliações ótimas) e pior foi o item “conforto ambiental” (sendo péssimo em uma praça, ruim em 3, regular em 2, bom em 2 e ótimo em 3). Os diagramas a seguir ilustram essa relação entre quantidade e qualidade dos atributos analisados, nos quais é possível visualizar alguns pontos mais relevantes: a) nenhum dos espaços contém todos os atributos e atributos investigados, b) de uma maneira geral, o nível de atratividade do conjunto de espaços existentes é positiva, onde os itens aferidos são em sua maior parte ótimos e muito bons (Figura 4).

Figura 4: Avaliação qualitativa dos atributos dos ELPs de lazer de Pau dos Ferros/RN.



Marx (1980) afirma que no modelo de urbanização da colonização portuguesa, presente em muitas cidades brasileiras, as praças surgiam pela necessidade de implantação de edifícios institucionais importantes como a igreja matriz, que tinham em seus arredores um espaço com vegetação mais criteriosa e que viram a desempenhar funções de praças. Ou seja, muitas praças surgiram pela proximidade com estes edifícios importantes, o que pode ser visto em Pau dos Ferros, com a pç. Monsenhor Cônego Caminha, também chamada de Praça da Matriz – em função da proximidade com a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – que não está imediatamente no mesmo terreno desse edifício, sendo dividida por uma avenida de grande fluxo de veículos (Av. Getúlio Vargas). Essa configuração se repete na pç. Israel Ferreira Nunes, contigua à Capela de São Benedito (bairro de São Benedito) e na pç. Adalberto Henrique da Cunha, com a capela do Menino Jesus de Praga (bairro Princesinha do Oeste). A proximidade à esses edifícios pode conferir um valor simbólico à praça, relacionando-se com a memória dos habitantes e acontecimentos importantes, incidindo qualitativamente na atratividade do lugar.

A delimitação espacial da quase totalidade das praças do município (N=8), segue o padrão definido como “ilha” ou seja, cercado em todos os lados por vias de tráfego viário. Somente duas praças (Pç. Lorenzo Gonçalves de Brito e Pç. Antônio Floriano) não seguem essa configuração e encontram-se delimitadas por três vias de fluxo e imediatamente contíguas aos demais lotes lindeiros. A delimitação das praças, por vias de fluxo viário intenso pode interferir negativamente na sua atratividade, já que expõem os usuários à condições de conforto ambiental preocupantes, especialmente pela exposição à nível altos de ruídos, de poluição do ar, dificultando também o acesso ao lugar e reduzindo a função peculiar de propiciar paz e tranquilidade.

A existência de espaços para sentar é primordial para o sucesso de um lugar (GEHL, 2006), e para sua atratividade, pois possibilitam a permanência das pessoas e o desenvolvimento de

atividades de lazer e recreação. Nesse sentido, parâmetros como a diversidade, a localização, os materiais e o design do mobiliário urbano, incidem diretamente nas suas formas de utilização e na valorização do lugar. Nas praças analisadas, encontram-se bancos com baixa diversidade de design e de materiais, sendo a madeira, o ferro fundido e o concreto, os materiais mais recorrentes. Muitos não estão sob a sombra de árvores ou outro elemento construtivo que propicie sombra, de maneira que dificultam o uso em horários de grande insolação solar. Embora existam espaços para sentar, em alguns espaços importantes como a Pç. de Eventos e a Pç. Mons. Cônego Caminha, a distribuição do mobiliário não leva em consideração a exposição solar o que pode implicar na redução da atratividade local (Figura 5).

Figura 5: Espaços para sentar, nos ELPs de lazer de Pau dos Ferros/RN.



Fonte: Os autores (2021).

Já a iluminação artificial está presente em todas as praças, nas quais existem postes altos e médios, porém, em alguns casos estão mal posicionados, próximos às copas de árvores, causando zonas de sombreamento, que no período noturno, podem gerar a sensação de insegurança aos usuários. Ressalta-se, contudo, a qualidade da iluminação na maior parte das praças, facilitando sua utilização em todas as horas do dia, com especial menção à Pç. Ezequiel Fernandes, que passou recentemente por reformas e apresenta uma iluminação noturna eficiente, sem zonas de sombra e com lâmpadas LEDs de alto brilho. A existência de uma iluminação pública de qualidade, que favoreça a utilização da praça em qualquer hora do dia, mostra-se como um elemento importante para a atratividade do lugar.

Por outro lado, a presença de lixeiras não é recorrente nas praças analisadas e pelo menos em oito praças, não existem lixeiras, o que pode contribuir para o acúmulo de resíduos de poluição deixados nos ambientes. Além disso, a inexistência desses atributos requer que a manutenção dos lugares seja ainda mais criteriosa, já que a presença de lixo, pode atrair vetores ambientais nocivos à saúde humana e contribuem fortemente para a subutilização do espaço, diminuindo sua atratividade. A carência desse mobiliário foi percebida tanto em praças localizadas em áreas mais centrais como a Pç. Nossa Senhora da Conceição, quanto nas praças de bairros mais periféricos, como a Pç. Antônio Floriano e a Pç. Lorenzo Gonçalves de Brito.

Os banheiros públicos estão presentes em quatro praças do município, sendo elas: a Pç. Nossa Senhora da Conceição (Pç. de Eventos), Pç. Mons. Cônego Caminha e Pç. José Lopes Chaves e Pç. Israel Ferreira Nunes. Em todos os casos, estão diretamente relacionados à existência de quiosques que vendem comidas e bebidas e por vezes, estão sob a tutela dos responsáveis por estes pontos de venda, ou seja, nos momentos em que não estão em funcionamento, a utilização dos banheiros é limitada. Gehl (2006) enfatiza que a existência de equipamentos de apoio, como de banheiros públicos reforça a qualidade do espaço, pois possibilitam sua utilização por uma gama maior de usuários, o que aumenta a atratividade desse lugar. A utilização mais restrita desses equipamentos, no entanto, pode se revelar como um fator positivo para a sua

conservação, e nos espaços averiguados os banheiros públicos estavam conservados. Em Pau dos Ferros, a presença de banheiros públicos ocorre em menos da metade dos (40%, N=3) dos espaços públicos (Figura 6).

Figura 6: Banheiros públicos na Pç. N.Sra. da Conceição, Pau dos Ferros/RN.



Fonte: Os autores (2021).

Em apenas duas praças existem atributos decorativos como na Pç. Nossa Senhora da Conceição (Pç. de Eventos) e na Pç. Mons. Cônego Caminha (Matriz). A existência desses atributos pode contribuir para a estética do lugar, servindo como pontos de referência e reforçando os aspectos simbólicos e de memória do lugar. Na Pç de Eventos, têm-se uma escultura em concreto que contribui para a identidade do lugar e para sua beleza estética. Já a Pç. Da Matriz, possui o busto do Monsenhor Caminha e um obelisco que remete à fundação do município. Ainda quanto aos atributos decorativos, apenas na Pç. Da Matriz é que existe a presença de uma fonte d'água, que frequentemente não está em funcionamento. Vale ressaltar a importância do elemento água para a melhoria do conforto ambiental, especialmente na redução da temperatura e aumento da umidade no microambiente local, além de contribuir com a sensação de paz e tranquilidade (GEHL, 2006). O estado atual de desuso da fonte dessa praça foi avaliado como um fator negativo a atratividade do ambiente (Figura 7).

Figura 7: Obelisco e busto (Pç. da Matriz) e Escultura Pç. N. Sra.da Conceição- Pau dos Ferros/RN.



Fonte: <http://64.37.57.149/~setepe/sobre-cidade.php>; <https://pt.wikipedia.org/wiki/>

A presença de pontos de táxi ou moto-táxi contribui para a atratividade do lugar, já que favorecem o acesso aos ambientes. Nesse sentido, apenas a Pç. Da Matriz é que possui um ponto de moto-táxi e as demais praças não possuem essa facilidade. Esse item foi avaliado como razoável na praça citada, já que não funciona em boa parte do dia.

A atratividade pode ser reforçada também, pela existência de equipamentos que atuem como atratores de diversidade de usuários. As quadras poliesportivas tendem a desempenhar essa função, já que podem ser utilizadas de diversas maneiras por uma quantidade indefinida de usuários e em qualquer hora do dia. Apenas dois espaços públicos contam com quadras: a Pç. Lorenzo Gonçalves de Brito e a Pç. da Bíblia. Estes equipamentos encontram-se aptos ao uso, com iluminação noturna regular, com os pisos razoavelmente intactos, embora com a pintura um pouco degradada. Juntamente com as quadras, os brinquedos infantis também são atributos relevantes para acomodar atividades de lazer ativas e estão presentes em 50% dos ambientes investigados. Percebe-se um padrão predominante na designe e materiais desses atributos, que em todos os casos, são de madeira polida e pintada em cores primárias, sem levar em conta a faixa etária do usuário e com um estado de conservação regular.

Em seu estudo, Lessa (2014) trouxe de volta a importância dos coretos para as praças, relacionados à encenações teatrais e musicais, prática que era comum no Brasil no século XIX. Nos espaços estudados não existem coretos, porém surge neles um atributo correlato, que de maneira “renovada”, acompanha a função dos antigos coretos, nomeadamente, descrito como palco, presente em duas praças públicas da cidade, sendo o mais emblemático o da Pç. De Eventos. Este espaço público, é o maior do município (cerca de $A=10.000\text{m}^2$), e sedia importantes eventos musicais, como shows musicais, feiras e exposições. Além desse palco, têm-se um menor, inserido na Pç. da Matriz, que também executa essa função, contribuindo semelhante ao primeiro, para a atratividade dos lugares (Figura 8).

Figura 8: Palco na Pç. N.Sra. da Conceição- de Pau dos Ferros/RN.



Fonte: Os autores (2021).

Em 70% (N=7) dos espaços averiguados, registrou-se alguns atributos como rampas e pisos táteis que contribuem para a acessibilidade dos usuários, atendendo à algumas prescrições da Norma da ABNT NBR 9050/2020. Ressalta-se que acolher à essas diretrizes além de ser obrigatória, contribui de maneira incisiva para a atratividade de um lugar, haja vista que segundo a Cartilha do Censo 2010 (2012), no Brasil cerca de 23,9% da população afirma possuir alguma deficiência, indicando um expressivo quantitativo.

A cidade de Pau dos Ferros encontra-se no semiárido brasileiro, com precipitação acumulada inferior à 700 mm/ano, com temperaturas médias de 26,9 °C e com baixa amplitude (GURGEL et al, 2018). Essa condição requer a consideração de atributos projetuais que facilitem ou possibilitem a utilização dos ambientes, de maneira confortável. Santana e Moraes (2020) realizaram um estudo no qual aferiram o índice de Áreas Verdes do município, e chegaram ao valor de 0,50m²/hab, muito abaixo do previsto pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana-SBAU, que é de 15m²/hab.

Nesse sentido, o paisagismo e a arborização urbana exercem um papel fundamental no auxílio da melhoria do microclima local. Nos espaços livres públicos investigados, a arborização é feita principalmente com árvores de grande porte da espécie Nim (*Azadirachta indica*). O paisagismo aparece nos canteiros com arbustos, herbáceas e com forração em grama esmeralda (*Zoysia japonica*). De uma maneira esses atributos, geral melhoram o microclima dos ambientes, contudo, determinados recintos, equipamentos e mobiliários, não estão sob a sombra de árvores o que não possibilita a utilização em horários de grande insolação. A cobertura vegetal das praças varia, sendo a Pç. N. Sra. da Conceição a que apresenta maior razão entre área construída e área de cobertura vegetal (área total/área cobertura vegetal=18,72m²) e a Pç. Adalberto Henrique da Cunha, a de menor proporção (2,07m²).

Com base nos dados supracitados, têm-se um quadro geral com a pontuação de atratividade dos espaços públicos do município. Considerando a relação quantidade e qualidade, nota-se que apenas a Pç. Adalberto H.da Cunha apresenta todos os seus atributos avaliados como ótimos, embora dos 15 atributos, apenas 7 estejam presentes no lugar e portanto, passíveis de serem avaliados. No sentido oposto, têm-se a Pç. Lorenzo G. de Brito, que contém 8 atributos analisados, mas apenas dois foram descritos como ótimos, os demais foram aferidos como regular, ruim e péssimo. A distribuição espacial desses espaços revela um quantitativo expressivo de bairros que não possuem nenhum espaço livre público de lazer e recreação. A cidade possui 24 bairros, contudo, em apenas 7 foram computados esses espaços. Contudo, a atratividade dos espaços, não tem relação com a sua inserção na malha urbana, onde têm-se espaços com alta atratividade inseridos em áreas centrais ou mais próximas ao centro, como as praças, Monsenhor Cônego Caminha, com o maior índice de atratividade (bairro do Centro) e a Pç. Adalberto Henrique da Cunha (bairro Princesinha do Oeste), e a Pç, Lorenzo Gonçalves de Brito (bairro São Geraldo), com o menor índice de atratividade (Figura 9).

Figura 9: Quadro com a pontuação total da avaliação qualitativa dos ELPs de lazer de Pau dos Ferros/RN.

ID no .	Nome da praça	Bairro	Área (m ²)	Área cob. vegetal (m ²)	PONTUAÇÃO TOTAL
1.	Pç. M.Cônego Caminha (Matriz)	Centro	7.000	2030	3,8
2.	Pç. José Lopes Chaves	Centro	1.735	641	3,3
3.	Pç. Nossa Senhora da Conceição (Eventos)	São Judas Tadeu	11.085	592	3,0
4.	Pç. Ezequiel Fernandes	São Benedito	2352	637	2,8
5.	Pç. da Bíblia	Alto do Açude	2465	250	2,4
6.	Pç. Adalberto H. da Cunha	Princesinha do Oeste	1.855	896	2,3
7.	Pç. Israel Ferreira Nunes	São Benedito	1.640	120	1,5
8.	Pç. Antônio Floriano	Manoel Domingos	1.977	704	1,4
9.	Pç. Dr. Nelson Benício Maia Filho	Centro	805	250	1,3
10.	Pç. Lorenzo G. de Brito	São Geraldo	865	42	1,0

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas verdes livres são fundamentais para a qualidade de vida e conforto ambiental nas cidades. Entende-se que estes ambientes atuam como relevantes magnetos da vida social

pública, e como facilitadores de um microclima saudável e agradável. Este trabalho ponderou sobre a atratividade dos espaços livres públicos da cidade de Pau dos Ferros, através de uma pesquisa quanti-qualitativa que permitiu a compreensão acerca da atual conjuntura desses espaços.

De uma maneira geral, os espaços livres públicos da cidade de Pau dos Ferros possuem um nível de atratividade interessante, com atributos que se complementam entre os diversos espaços existentes, contudo, a pouca quantidade desses ambientes no município, lamentavelmente, relega boa parte da população à dificuldades no que tange à democratização do acesso ao esporte e lazer, especificamente em locais públicos formalmente configurados para tais usos. Além disso, tal carência incide diretamente no apelo turístico do município, que deixa de utilizar esses lugares, como potenciais atrativos turísticos que podem ser relevantes para a economia local, quando adequadamente pensados.

A pesquisa levou a refletir acerca da importância do ponto de vista do pesquisador no momento da coleta de dados, através da realização da técnica da observação participante. Diante disso, entende-se que esse caminho metodológico pode contribuir com um olhar mais aprofundado e atento aos diversos atributos investigados, o que se refletiu diretamente na qualidade e precisão das informações adquiridas e no enriquecimento do estudo.

Ressalta-se que as generalizações desse estudo devem ser cautelosas, em função das particulares do universo amostral e das características físicas e espaciais da cidade investigada. No entanto, compreender a atratividade dos espaços livres públicos, juntamente com os atributos de averiguação desse parâmetro, pode auxiliar no planejamento, construção e manutenção desses ambientes, contribuindo para sua efetiva utilização pela sociedade.

Entende-se porém, que possam existir outros fatores que devem ser considerados, a fim de aferir a qualidade de um lugar e sua atratividade, (como itens específicos de conforto ambiental, aspectos subjetivos dos usuários ou as características do entorno) entretanto, essas considerações sobre as variáveis físico-espaciais expõem a maneira como se configuram os espaços livres públicos, no semiárido brasileiro e nortear ações de melhoria da qualidade dos mesmos.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, M.; VAZQUEZ, G.. Caracterização paisagística e da frequência de usuários de duas praças centrais de Caraguatatuba/SP. Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. 10. 38. 2016, 10.5380/revsbau.v10i3.63136.

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. A pattern language: Towns, buildings, construction. New York: Oxford University Press, 1977.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: 2015.

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de jul de 2001.

CAMARGO, L. O que é lazer? São Paulo: Brasiliense, 2003.

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; GUZZO, P.; ROCHA, Y.T. Proposição de Terminologia para o Verde Urbano. Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. Rio de Janeiro, RJ, Ano VII, n. 3, jul/ago/set. 1999.

- DE ANGELIS, B. L. D.A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá PR.367f, 2000.
- DEMATÊ, M. E. S. P. Princípios de paisagismo. Jaboticabal: FUNEP, 1997, Henrique. São Paulo: Ática, 1992.
- DUMAZEDIER, J. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: SESC, 1980.
- EUROPEAN UNION. Making our cities attractive and Sustainable. How the EU contributes to improving the urban environment. Brussels. Disponível em < em <https://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/wp-content/uploads/2011/04/Makingour-cities-attractive-and-sustainable.pdf>> Acessado em 28/08/2021.
- EZMALE, S.Strategies for Enhancing Attractiveness of the Cities In Latgale Region. 2012 *European integration studies*. doi:<http://dx.doi.org/10.5755/j01.eis.0.6.1601>
- GEHL, J. La humanización del espacio urbano. La vida social entre los edificios. Barcelona: Editorial Reverté, 2006.
- GURGEL, A.L; MEDEIROS, J.F.; Caracterização das condições climáticas de Pau dos Ferros – RN. IN: *GeoTemas - ISSN: 2236-255X - Pau dos Ferros, Brasil, v. 8, n.2, p. 100-115, jul./set.* 2018. Disponível em < <http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/view/3180/1847>> Acessado em 12/05/2021.
- IBGE, _____. Estatísticas Populacionais. Disponível em: www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas. Acesso em: 04/12/2019.
- JACOBS, J. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LANDIM, P. C. A cidade e sua paisagem. Rio Claro, 2004.
- LANG, Jon. Creating Architectural Theory: The Role of the Behavioral Sciences in Environmental Design. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1987.
- LESSA, E. O Jardim, o coreto e a banda de música: diálogos entre cultura e natureza. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2014. pp. 28-38.
- LIMA, A. M. L.P; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUSA, M.A.L.B.; FIALHO, N. DEL PICCHIA, P.C.D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Anais... II Congresso de Arborização Urbana. São Luis, MA, 1994. p. 539-553.
- MARX, M. Cidade brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1980
- MARCELINO, N. C. Estudo do Lazer: uma introdução. Campinas SP, Autores associados 2002
- MENDONÇA, F. O estudo do clima urbano no Brasil: evolução, tendências e alguns desafios.
- MILANO, M. S. A cidade, os espaços abertos e a vegetação. In: Anais.. Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, Vitória, 1992 In: MONTEIRO, C. A.; MENDONÇA, F. (Org.). *Clima urbano*. São Paulo: Contexto, 2003. p.175-192.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável. Brasília, Brasil. Disponível em <<http://www.ta.org.br/site2/Banco/7manuais/6PoliticaNacionalMobilidadeUrbanaSustentavel.pdf>> Acessado em 21/08/2021.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S.Praças brasileiras. São Paulo: Edusp, 2002.

RUSSO, A. P., SERVILLO, L.; ATKINSON, R.. Territorial attractiveness in EU urban and spatial police: a critical review ad future research agenda. European Urban and Regional Studies. 2012. Doi:10.1177/0969776411430289

SANTANA, T. C. S. Uma reflexão sobre a vitalidade das praças de Natal/RN. Tese (Doutorado). Programa de Pósgraduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN, 2015.

SANTANA, T.C.S; MORAIS, K.R. Índice de vegetação urbana e lazer: mapeamento e quantificação para o planejamento urbano e gestão ambiental na microrregião de pau dos ferros/rn. In: XXII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente São Paulo/SP,1., 2020. ISSN: 2359-1048.. Anais eletrônicos.... Disponível em <<http://engemausp.submissao.com.br/22/anais/>> Acessado em 15/08/2021.

SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual: contemporizando Dumazedier. Licere, Belo Horizonte, v.2, n.6, p.23-31, 2003.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Cartilha do Censo 2010: Pessoas com deficiência. Brasília: [s.n], 2012.

SITTE, C. A construção de cidades segundo princípios artísticos. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

VINTEN, G. (1994). Participant observation: A model for organizational investigation? Journal of Managerial Psychology. Bradford, 9 (2), 30.

WHYTE, W. H. The social life of small urban spaces. New York: Project for Public Spaces, 2009.